

O povo e o imperador: classes populares e imagem da Monarquia na corte e na capital da República

Ronaldo Pereira*

Abstract

This article looks at images of the State and of the political regime from the perspective of the popular sectors of the city of Rio de Janeiro during the crisis of the monarchical regime and the implantation of the Republic. The theory and methodology are based on history from below.

Keywords: popular classes; Rio de Janeiro; monarchical regime

Resumo

Reflexão sobre as representações acerca do Estado e do regime político entre os setores populares da cidade do Rio de Janeiro na conjuntura de crise do regime monárquico e implantação da ordem republicana, sob o viés teórico-metodológico da history from below.

Palavras-chave: Classes Populares; Rio de Janeiro; Regime Monárquico.

Numa sociedade erigida com o estigma da exclusão social como a nossa, as demandas que se impõem para a consecução de uma *history from below* tornam-se gritantes e dramaticamente necessárias de serem alcançadas. Como aconselha Eric Hobsbawn, por um lado, no que concerne diretamente à prática do historiador da *outra história*, da *história feita pelo povo*, nossa tarefa principal consiste em “descobrir o que foram a vida e os pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las do que Edward Thompson chamou de “enorme condescendência da posteridade”. No plano da ação política cotidiana, por outro lado, entre outras coisas, resta-nos o esforço para conseguir “eliminar suposições igualmente presunçosas daqueles que

* Doutorando em História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP)

26

pensam que conhecem os fatos e as soluções e que tentam impô-los ao povo"¹.

Para o historiador da *outra história* sobrepõe-se a tarefa de promover os indispensáveis saltos metodológicos e analíticos que o permitam extrair, da observação de práticas e representações populares *individuais*, asserção pertinentes sobre as atitudes *coletivas* dos setores populares, na maioria das vezes, contando apenas com relatos recolhidos em grande parte junto a fontes bastante indiretas.

Orientados por este enfoque e seus desdobramentos, mais especificamente, diante do tema proposto neste artigo, seria apropriado indagarmos:

Quais foram as principais características da dinâmica do processo de construção da imagem de autoridade, projetada pelo Imperador D. Pedro II e pela Coroa, sobre os setores populares entre os habitantes da capital do Império no terceiro quartel do século XIX?

Quais os efeitos desse processo sobre as práticas e representações coletivas e sobre o imaginário popular, durante e imediatamente após o Segundo Reinado?

E ainda, especialmente, quais as principais formas de apropriação da imagem do Imperador e da Coroa que se tornaram elementos centrais da cultura política popular no Rio de Janeiro entre o final do Império e a instalação da ordem republicana?

Não alimentamos a pretensão de tentar responder conclusivamente tais questões. Trata-se de repensar alguns problemas levantados por outros historiadores, tendo em vista o viés teórico-metodológico acima sugerido, e dispondo das evidências documentais ilustrativas que conseguimos reunir até aqui acerca do tema².

1 KRANTZ, Frederick (org). *A outra história; ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p.32.

2 Antes de prosseguir, porém, vale ressaltar o alto grau de fragmentação social e cultural que caracterizava o que chamamos de gente comum. Nota-se que havia um setor ligado diretamente à instituição da escravidão, formado pelos escravos e libertos, negros e mulatos; outro grupo constituído pelos "desclassificados", os homens livres pobres, miseráveis, mendigos ou "vadios"; e finalmente, um conjunto que mais se aproximava do que se poderia chamar de classe média urbana, os pequenos comerciantes, artesãos, operários, profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas), executores de ofícios indignos e outros (barbeiros, boticários, alfaiates), soldados de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão.

Uma referência constante

Logo no início do século XX, João do Rio nos oferece um exemplo de perplexidade e ceticismo quanto à possibilidade de explicar satisfatoriamente certos aspectos da cultura política da população carioca. O cronista registra o que viu e sentiu diante do presépio montado por um cordão carnavalesco dos "negros baianos" da praia Formosa. O texto é de 1905:

O céu, pintado por um artista espontâneo, tem, entre nuvens, o sol com uma cara raspada de americano truster, a lua, maior que o sol, com a imagem da Virgem Mãe. Dois raios de filó prata bambamente pendem do azul sob o estábulo divino, iluminado a giorno. Descendo a montanha, montados em camelos, vêm os três reis magos, vestidos à turca, e o rei apressado é Baltazar, o preto. Pela encosta do monte as magestades lendárias encontram, sem pasmo, ânimos imperiais quase atuais: Napoleão na trágica atitude de Santa Helena, a defunta imperatriz do Brasil, Bismarck com sua focinheira de molosso desacorrentado, uma bailarina com a perna no ar, e um boneco de cacete, calças abombachadas e chapéu alto... Iluminando a agradável confusão, velas de estearina morrem em castiçais de cobre.³

Entre as performances do grupo conhecido como "Rei de Ouros", o flâneur aproveitaria para perguntar a um dos carnavalescos, o Duda, qual o significado da inclusão dos personagens mais contemporâneos no presépio:

- _ Por que diabo põem vocês o retrato da imperatriz ali?*
- _ Imperatriz era mãe dos brasileiros e está no céu.*
- _ Mas Napoleão, homem, Napoleão?*
- _ Então, gente, ele não foi o rei do mundo? Tudo está ali para honrar o menino Deus.*
- _ A bailarina também?*
- _ A bailarina é enfeite.*
- _ Guardo religiosamente esta profunda resposta.⁴*

³ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 204.

⁴ Idem, p. 207.

O debate historiográfico

Se observarmos a historiografia, podemos afirmar, com alguma segurança, primeiramente que, em meio aos processos de transição do trabalho escravo para o livre, crise do regime monárquico e implantação da ordem republicana, as práticas e representações políticas das camadas populares, entre os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, apontavam para a existência de uma visão acerca do Estado, ou pelo menos do Estado republicano que se implantava, como algo impossível de ser influenciado a partir dos interesses distantes das pessoas (cidadãos) comuns.

O tema é tão antigo quanto o advento da República ou do Império no Brasil e têm sido objeto inesgotável de pesquisa histórica. Há mais de dez anos, José Murilo de Carvalho recolocava o problema ao verificar que, no momento da instalação da República na capital federal, o Estado aparecia para a população como algo alheio, a que eventualmente se recorria. Algo necessário, útil, permanecendo no entanto impermeável ao controle do cidadão⁵.

O Estado era visto pela *gente comum* como produto de um "conserto político" do qual a maioria dos moradores da cidade não fazia parte, posicionando-se diante dele como objeto, não se julgando no direito de influenciar. Além disso, pode-se inferir que os matizes do comportamento coletivo dos habitantes do Rio de Janeiro, cidadãos ou súditos, diante do Estado variavam entre a indiferença (busca de outras instâncias catalisadoras do sentimento de pertencimento a uma coletividade), a oposição violenta (a exemplo da Revolta da Vacina e do Vintém) e a composição (aproximação pragmática que alguns setores sociais mantinham com o governo, que Carvalho denomina "estadania")⁶.

Referindo-se igualmente ao advento da República, Sidney Chalhoub, ao desvendar a racionalidade não intencional da "cidade negra", afirma que a classe trabalhadora carioca e a população negra em particular sofria com as mudanças trazidas pela nova ordem, manifestando "saudades do tempo do imperador". Nesse contexto, o Estado era concebido negativamente na medida em que o governo republicano destruíra,

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 146 e 155.

⁶ Idem.

através das reformas urbanas, a cidade dos libertos, dos escravos e dos homens pobres, construída ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão, "uma cidade própria, arredia e alternativa"⁷.

Como frisa em outro texto o próprio Chalhoub, não se trata de discutir o "problema da maior ou menor tolerância deste ou daquele regime, quanto ao maior ou menor respeito à cidadania neste ou naquele regime"⁸.

Diante da República nascente, tudo indica portanto que se pode resumir a atitude da população do Rio de Janeiro pela fórmula lapidar proposta por Carvalho:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era aquele que levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.⁹

O problema reside em que, por força da existência de diferenças formais entre as estruturas sócio-econômicas e políticas que sustentavam o regime monárquico assentado na escravidão e a República "liberal" que se implantou na virada do século, o texto acima nos leva quase automaticamente a estabelecer contrastes que podem revelar-se apenas aparentes e até improváveis quando observados mais detidamente.

Afinal, na sociedade escravista carioca da segunda metade do século XIX, o povo levava o "formal" a sério? Para o povo, a monarquia "era para valer"? O povo se prestava à manipulação? Era bestializado aquele que não levasse a política a sério? A política era ou não era tribofe durante o regime monárquico? Quem assistia, recorria ou ignorava o Imperador e a Monarquia, era bestializado? Era bilontra?

Para além destas questões, percebemos que uma historiografia rica, relativamente extensa e solidamente constituída, no entanto e exatamente por isso, corre sempre o risco de, com o passar do tempo, acumular abordagens cada vez mais ilustrativas de algumas "verdades" consensuais aparentemente consolidadas.

⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.183-186.

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 184.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., 1987, p.160.

Mesmo levando-se em conta que, recentemente, outros historiadores procuraram, com relativo êxito, elucidar o processo de reconstrução histórica do jogo de produção, reprodução e apropriação da imagem e da auto-imagem do Imperador e do regime monárquico entre as classes populares da Corte, especialmente durante o Segundo Reinado¹⁰, para o historiador preocupado com a *gente comum*, faz-se necessário avançar ainda mais.

Consideramos indispensável objetivar o rompimento com toda e qualquer tendência à inércia analítica, que possa ainda eventualmente perpassar, neste caso específico, a problemática das visões da monarquia e da república entre os setores populares da capital federal nas últimas décadas do século XIX. Apesar das dificuldades inerentes à existência ou à natureza das fontes, convém a princípio buscar inverter o foco das interpretações dos registros históricos e observar o que se encontra para além da mediação imposta pelos enfoques dos cronistas de época, da literatura, dos agentes dos aparelhos administrativos e de repressão do Estado.

O desafio fundamental consiste exatamente em não limitar o enfoque simplesmente às atitudes de reação e/ou estratégias de resistência dos setores populares diante dos fenômenos sócio políticos em que estiveram envolvidos. Pois, se efetuarmos tão somente o rastreamento, ainda que indispensável, das reações do povo aos estímulos externos a sua cultura, permanecerá nossa análise presa organicamente ao ponto de vista do poder, da repressão, do saber científico, da elite cultural, política e econômica da época em questão, por exemplo. Há que se investigar historicamente as atitudes e representações populares afirmativas e explicá-las também, ainda que não somente, a partir de sua lógica intrínseca. Neste aspecto, entre os autores acima citados, alguns foram mais felizes que outros, intencionalmente ou não.

¹⁰ Tema contemplado com uma grande quantidade de trabalhos publicados ou não, entre os quais recentemente se destacam SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo*; vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 e MAUAD, Ana Maria. "Imagem e auto-imagem do segundo reinado" em ALENCASTRO, Luiz Felipe de (organizador). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: companhia das Letras, 1997, p. 181-231.

Dois exemplos: Miguel e Silvino

É preciso portanto ir além. O aporte teórico-metodológico da *history from below* nos impele a buscar, tanto quanto possível, as respostas nos vestígios históricos de representações e atitudes legados pelas *peessoas comuns* genuinamente.

A documentação referente à Seção dos Negócios do Ministério do Império reúne um número incalculável de requerimentos, petições, avisos, solicitações e registros de correspondência despachados em sua maioria pelo barão Nogueira da Gama, na qualidade de representante de Sua Majestade Imperial D. Pedro II, e de sua família, ao longo das décadas de 1870 e 1880¹¹. Entre milhares de documentos manuscritos, conseguimos localizar fontes bastante ricas para alimentar o debate histórico em torno da relação entre as classes populares da corte, o regime monárquico e a construção da imagem de D. Pedro II.

Adiante, tomaremos dois “casos” que consideramos exemplares, significativos enquanto amostragem da totalidade do material consultado e, portanto, suficientes para a apreensão, ainda que bastante introdutória, dos problemas até aqui expostos. Para tanto, observaremos o conteúdo de dois conjuntos de memoriais e cartas, escritas de próprio punho, remetidas diretamente Sua Majestade Imperial, em consonância com os trâmites burocráticos¹².

O primeiro documento é datado de 1875 e contém duas cartas escritas pelo pintor espanhol Miguel Alsina, residente na cidade do Rio de Janeiro, enviadas para D. Pedro II, relatando os problemas que afligiam o artista durante a confecção de uma tela cujo tema contemplava a justiça e a caridade do Imperador e sua família, além dos políticos mais importantes do período, diante da instituição da escravidão. Miguel informava estar pintando um quadro de dimensões tão avantajadas que não passaria pela porta do aposento em que trabalhava. Mesmo antes de terminar, ele ressaltava em sua primeira nota o desejo profundo de que D. Pedro II e seus familiares

¹¹ A pesquisa neste e outros fundos do Arquivo Nacional vem sendo por mim realizada desde meados de 1997, a partir do projeto “Visões da Monarquia; representações do Estado e protesto popular no Rio de Janeiro (1870-1889), apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Sociais (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), orientado pela profa. dra. Zilda M. G. Iokoi e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹² Os documentos encontram-se respectivamente na caixa 16 / documento 323 e caixa 18 / documento 01 do referido fundo.

fossem os primeiros a deitarem os olhos sobre sua obra que, como insistia, figurava sobre o término da escravidão. Suplicava que o fizessem com rapidez, posto que era do seu conhecimento que a Família Real faria em breve uma longa viagem e Miguel temia que após o regresso o quadro já estivesse vendido. Sua mensagem, escrita de próprio punho, iniciava com os seguintes termos:

Senhor

Encontrandome en este país por causas políticas en España, de donde soy natural, he vindo en esta ciudad, á ejercer mi profision de pintura, y estando en dias de acabar um gran quadro referente á la libertad de la esclavitud, deseoso de que V.R.M. y R. Familia, sean las primeras personas que lo vean, e apresento a suplicarles se dignen hacerme el honor de venir á verlo á tan singular obsequio les quedare eternamente agradecido.

A atitude de Miguel corresponde à imagem cultivada por D. Pedro II ao longo de sua vida, de monarca culto, esclarecido, dedicado às artes e às ciências, um mecenas em sintonia com os progressos do século XIX. Trata-se de uma imagem/ auto-imagem bastante enraizada e reproduzida pelos contemporâneos de Miguel e, mesmo atualmente, fora e dentro da historiografia.

Inserido como tudo indica no clima ideológico que envolvia a aprovação da chamada "lei do ventre livre" de 1871, contemplando cenas da tragédia cotidiana dos cativos, o artista declarava seu intuito:

(...) poner en vista de las geraciones venideras, y principalmente á los hijos de los esclavos, los sufrimentos de que les ten apartado sus nobles libertadores; y como es de esperar, que habia agradecidos de los que tan grande bien les ten echo, asi los he representado por medio de los niños que están hablando.

Ao fazer uma breve, mas precisa, descrição da cena que estava terminando de retratar, Miguel destacou a atuação de Imperador no sentido de abreviar os sofrimentos injustamente imputados à milhares de seres humanos escravizados no Brasil do século XIX.

A documentação não permite no entanto inferir muito sobre a condição social do Sr. Miguel Alsina, porém, considerando sua situação declarada de imigrante humilde, podemos arriscar a caracterizá-lo como um proto-representante daque-

les a quem João do Rio chamou de "pintores da rua", os anônimos "artistas da arte prática" que povoavam as ruas da cidade de São Sebastião na virada do século. Artistas em cujas representações poder-se-ia vislumbrar "a confusão da população, os germes de todos os gêneros, todas as escolas e, por fim, muito menos vaidade que na arte privilegiada"¹³.

Supondo que fosse esta a condição sócio-cultural de Miguel, o que é bastante possível, sua pintura nos revelaria um registro privilegiado de apropriação popular da imagem de D. Pedro II e do Império, conseqüentemente pautada na autoimagem do monarca esclarecido, justo, defensor dos escravos.

Há uma segunda carta, sem data especificada, igualmente de 1875, em que Miguel volta a dirigir-se ao Imperador então com sua tela terminada. Percebe-se pelo texto que entre esta e a primeira missiva um funcionário, certamente escalado por Nogueira da Gama, visitou a casa do pintor, tendo emitido um parecer que se encontra anexado às cartas, do qual resta um fragmento sem assinatura, compondo uma descrição do quadro ainda mais detalhada do que a anteriormente enviada por Miguel.

Este parecer nos aproxima ainda mais da "visão" do pintor imigrante espanhol sobre D. Pedro II e a escravidão:

(...)

Consta o quadro de trez grupos:

O do centro representa a Caridade, a Justiça, de balança e [espada] e entre as duas uma criança que pela cara parece ter lombrigas.

No quadro da esquerda está sua Magestade O Imperador de farda militar, e sentado, tendo á sua direita o visconde do Rio Branco, de casaca preta e á esquerda a Princesa Imperial, seguindo-se o Conselheiro Saldanha Marinho, e todos de pé.

Figurão no terceiro grupo um negro de physionomia horrorosa, a pé firme, e sem o menor gesto ou expressão de dor, não obstante ter no peito esquerdo uma faca metida até o cabo, que lhe aperta com a mão direita.

A seus pés esta cahido um homem (diz o artista que é o senhor do prêto), a quem elle acaba de assassinar, naturalmente com a mesma faca, e de cujo peito, também esquerdo, corre sangue como se fosse de um boi.

¹³ RIO, João do. Op. Cit. 1997, p. 147-148.

De uma porta lateral vem sahindo um sujeito de cacete alçado, e quem lava a cacetada é naturalmente um moleque, com feições de macaco, que está tremendo de medo entre os dois.

As cabeças conhecidas (cópia de photographias) não deixão de ser retratos, e o colorido vê-se por ahí cousa pior; mas os corpos em geral carecem de proporções; sobre tudo as formas do Rio Branco e do Saldanha Marinho pouco excedem de um terço dos outros.

O artista vai aumentá-los, e ficou de avisar-me em tempo. Nesta ocasião irá também pessoa que possa emitir juizo artistico.

Uma década mais tarde, foi certamente também esta imagem, consolidada no decorrer dos anos 70, do monarca culto, generoso e atento aos destinos da escravidão, que levou o cativo de nome Silvino a escrever cinco cartas - quatro destinadas ao Imperador e uma para a Imperatriz - entre o final de 1884 e início de 1885. Nelas argumentava, a exemplo do que deveria ocorrer a qualquer outro escravo, que a solução das mazelas em que se havia colocado desde meados de 1884 dar-se-ia somente se conseguisse comprar a liberdade junto a seu senhor. Porém, diferentemente da maioria dos escravos de sua época, Silvino recorreu esperançoso ao Imperador em pessoa para alcançar tal intuito.

(...) É tanta a minha confiança em Vós Senhor, que em nome de toda uma raça Vos asseguro que cada escravo - que arrancardes do captivo - será um degrao herculeo que mais aproximara de Deus o Vosso throno!

A primeira carta de Silvino a D. Pedro II foi acompanhada de um memorial sem assinatura, provavelmente redigido por algum abolicionista que teria acolhido o escravo fugitivo em sua chegada à cidade do Rio de Janeiro.

Segundo o memorial, Silvino era um "preto crioulo de 30 anos mais ou menos", escravo do Conde de Cedofeita, para quem trabalhava nos serviços de pagem e cocheiro na fazenda do Belmonte, na cidade de Juiz de Fora, Província de Minas Gerais. O texto apócrifo afirma que o escravo fugiu porque havia três anos recebia castigos diversos e injustos, tais como um ano de prisão à noite, trabalhar no eito carregando um peso de quinze quilos, além de ter sofrido duzentos açoites. E conclui enfaticamente:

Silvino desesperado e receoso de um contratempo que de momento surgisse na sua vida desgraçada de escravo, vem pedir socorro e a liberdade a quem
Á S. M. O Imperador!

Além de pedir para ser comprado pelo bondoso Imperador e, posteriormente, colocado em liberdade, nas cartas Silvino empenhava-se em provar que não fora o mentor de uma "revolta de escravos" ocorrida na propriedade do referido conde em agosto de 1884, posto que já se encontrava na Corte nesta data. Paralelamente às súplicas de Silvino que se estenderam de 04 de setembro de 1884 à 14 de março de 1885, em correspondência reservada remetida ao barão Nogueira da Gama, Cedofeita permanecia irredutível. Para o barão escravista, se o Imperador quisesse colaborar com a insubordinação e fuga, concedendo a liberdade a um escravo perigoso e agitador, deveria comprá-lo pelo preço avaliado em dois contos de reis (2:000\$000).

Mais interessante que o desfecho do impasse, sobre o qual não existe registro documental, é a história que envolve a decisão de Silvino de recorrer a D. Pedro II, que se pode vislumbrar através das cartas e do memorial. Neles, esboça-se o argumento acerca do motivo que teria induzido um simples escravo a recorrer diretamente ao Imperador. Nesse ponto, fica evidente, pelo menos para um observador externo, a estratégia discursiva, provavelmente orientada ou influenciada pelos possíveis protetores de Silvino na Corte, adotada para tentar convencer o velho monarca.

Os documentos relembram que, sete anos antes da fuga de Silvino para o Rio de Janeiro, em 1877, D. Pedro II visitou a cidade de Juiz de Fora onde vivia então o escravo. Ao chegar na estação ferroviária tomou um "coupe" pertencente ao Conde de Cedofeita, sendo conduzido até a Câmara Municipal e ao colégio Público da rua da Imperatriz, retornando à estação no final do percurso. O cocheiro do carro que conduziu o Imperador era nada menos que Silvino. E mais:

Na ocasião de S. M. entrar no carro ao sahir da Estação, dirigio a palavra a Silvino a quem disse que demoraria na Casa da Camara só 3 quartos de hora.

S. M. que tem grande remuniscencia deve-se recordar déssas palavras.

Depois d'isso o conde de Cedofeita propalou - urbi et orbi - que Silvino estava livre em consequencia de haver servido de coxeiro de S. M.. Em Juiz de Fora grande numero de pessoas sabiam désse facto.

As cartas sugerem que o gesto do Imperador consubstanciou-se em grande estímulo para que Silvino fugisse animado pela idéia de ser comprado e imediatamente colocado em liberdade pelas mãos do próprio monarca. O fato de ter-lhe dirigido a palavra representaria um sinal que D. Pedro II apoiava especificamente a liberdade de Silvino. No entanto, as súplicas que chegavam ao barão Nogueira da Gama aparentemente não foram respondidas. Diante do impasse estabelecido por Cedofeita, passados aproximadamente seis meses da chegada de Silvino à Corte, suas esperanças arrefeceram paulatinamente. Em sua última tentativa, recorreu à Imperatriz:

Senhora

Permitti que um misero escravo suba hoje os degraos do vosso throno para no meio das galas que vos cercam, saudar o anniversario da princeza, cujo nome esta gravado em letras d'ouro no coração de todos os brasleiros.

Aceitae pois Senhora, as felicitações sinceras de um desprotegido da sorte, a quem a ingratição dos homens estampou-lhe nas faces a negra e horrenda palavra - escravo!

Senhora! A historia de minha vida é por demais contristadora! E só vossa tão reconhecida benevolencia me podera repelil-a.

Na seqüência o texto relembra os pedidos enviados desde 1884 e reafirmava a opinião de que tudo dependia da vontade do Imperador. Ele esperava ansiosamente a liberdade, mesmo não havendo recebido qualquer resposta até aquele momento.

Uma outra história de bestializados e bilontras

Os casos do escravo Silvino e do pintor espanhol Miguel Alsina "aparentemente" testemunham a consolidação entre os setores populares da Corte da imagem de D. Pedro II como monarca esclarecido, justo, sereno e defensor dos interesses até dos súditos menos favorecidos e dos cativos. Uma "visão" do Imperador e do Império, fruto seguramente do jogo de apropriação e troca de imagem/auto-imagem, em que participa-

vam ativamente os pólos produtores e reprodutores das representações de D. Pedro II ao longo do Segundo Reinado.

Digo "aparentemente" apenas, porque tais processos exigem abordagens bem mais minuciosas, dado que sinais "evidentes" à primeira vista podem encobrir aspectos bastante obscuros da história cultural das classes populares.

Numa primeira abordagem não fica evidente, por exemplo, que o escravo Silvino e o Sr. Miguel Alsina acreditassem "bestializadamente" na generosidade de D. Pedro II mais do que seguramente acreditavam na necessidade e possibilidade de tentar usar a retórica do poder a seu favor. Nesse sentido, eles poderiam ser, ao contrário, bilontras diante do monarca que se lhes apresentava como protetor. Seriam eles portanto portadores do pragmatismo até hoje característico dos setores populares? Talvez.

Miguel e Silvino, provavelmente, experimentavam um aguçado sentimento de exclusão e comungavam um sentido de sobrevivência que os estimulava a agarrar obstinadamente as oportunidades que o sistema, qualquer que fosse, lhes oferecesse - dinheiro, emprego, favores.

Não por acaso a certa altura ficava implícito nas cartas de Silvino que, diante do fracasso de sua empresa, ele se contentaria com algum dinheiro para completar o preço de sua liberdade, ou apenas o suficiente para sobreviver mais alguns dias na condição de fugitivo. Afirmava:

E como me veja perseguido, doente, luctando para obter os meios de subsistencia carecendo de tudo, lembrei-me de tornar a vos pedir a quantia de quatrocentos mil reis, ao menos para auxilio de minha liberdade.

E, finalmente, para a Imperatriz escrevia:

É assim que, vendo baldo de todos os recursos, achando-me bastante doente em uma cidade extranha, luctando para poder alcançar os meios de subsistencia, tendo por vestuario uns andrajos que a miseria empresta aos desgraçados, lembrei-me de ajoelhar-me hoje, dia do vosso natalicio, aos vossos pés para vos pedir uma esmola, com o qual eu possa obter auxilio que mais careço para decentemente continuar a pisar os degrãos do vosso throno até o dia em que VV.MM.II. se dignarem de conceder-me a minha tão ambicionada liberdade.

De modo similar, Miguel afirmava aceitar, em último caso, que lhe apresentassem possíveis compradores de sua obra,

ou que viabilizassem sua participação em exposições importantes que viessem a acontecer na Corte. Aceitaria inclusive modificar o quadro de acordo com a preferência dos interessados.

Temo molestar a tencion de V. E. por tanto concluiré diciendo que, si en esta corte ay algun personaje, que me envite llevando á vender á outra ocasion, yo en cambio estoy dispuesto en modificar la figura que pega o negro, convirtiendola en compasiva hacia el y en obstáculo para que no se mate, a lo que convengamos asi quedará dulcificada a crueldade que V.E. le encuentra. Aun que no he representado nada que no suseda muchas veces.

Não seria exagero inferir, portanto, que o escravo Silvino e o pintor Miguel expressavam a crença no regime e na imagem de autoridade construída pela Coroa e sobretudo pelo Imperador, porém somente na medida em que estes atuassem a seu favor. Ao que parece, pelos registros deixados nas cartas, eles acreditavam e desacreditavam diante do eventual silêncio do monarca. Agiam com pragmatismo, eram sobreviventes e, como tal, muito empenhados em consumir suas ambições pessoais, apenas tenuemente perpassadas por formulações mais elaboradas e utópicas, de cunho político e de participação social, com as quais se poderiam deparar em sua época. Pode-se supor que eram a um só tempo bestializados e bilontras.